

# Estudos sobre mídia e deficiência e acessibilidade no Brasil: revisitando os anais da Intercom

*Media, disability and accessibility studies in Brazil: revisiting the Intercom proceedings*

*Estudios sobre medios y discapacidad y accesibilidad en Brasil: revisitando las actas de la Intercom*

Felipe Collar BERNI<sup>1</sup>  
Guilherme Ferreira de OLIVEIRA<sup>2</sup>

## Resumo

Este artigo analisa 49 trabalhos publicados nos anais do Congresso da Intercom, apresentados no GP Comunicação para a Cidadania (33) e no IJ Comunicação e Cidadania (16), para compreender como as pesquisas brasileiras articulam comunicação, acessibilidade, deficiência e cidadania. Por meio de revisão sistemática da literatura, de caráter exploratório-descritivo e abordagem qualitativa, identificam-se tendências e características dessas investigações em oito eixos temáticos, que abrangem jornalismo, direitos, participação social, capacitismo, trabalho e práticas de comunicação pública e visual. A análise discute desafios e oportunidades para consolidar uma interface capaz de produzir conhecimentos comprometidos com a cidadania comunicativa do coletivo plural de pessoas com deficiência.

**Palavras-chave:** Deficiência; Acessibilidade; Cidadania; Revisão de literatura.

## Abstract

This article analyzes 49 papers published in the proceedings of the Intercom Congress, presented in the GP Comunicação para a Cidadania (33) and the IJ Comunicação e Cidadania (16), to understand how Brazilian research connects communication, accessibility, disability, and citizenship. Through a systematic literature review with an exploratory-descriptive design and a qualitative approach, it

<sup>1</sup> Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Professor do curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Roraima (UFRR). E-mail: [felipe.collar@ufrr.br](mailto:felipe.collar@ufrr.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6863-8698>.

<sup>2</sup> Doutorando em Comunicação pela Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design (FAAC) da Universidade Estadual Paulista (Unesp). Docente Facilitador da Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp). E-mail: [guilherme.f.oliveira@unesp.br](mailto:guilherme.f.oliveira@unesp.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1424-0254>.



identifies trends and characteristics across eight thematic areas covering journalism, rights, social participation, ableism, work, and public and visual communication practices. The analysis discusses challenges and opportunities for consolidating a field of inquiry that produces knowledge committed to the communicative citizenship of the diverse community of people with disabilities.

**Keywords:** Disability; Accessibility; Citizenship; Literature Review.

## Resumen

Este artículo analiza 49 trabajos publicados en las actas del Congreso de Intercom, presentados en el GP Comunicação para a Cidadania (33) y en el IJ Comunicação e Cidadania (16), con el objetivo de comprender cómo las investigaciones brasileñas articulan comunicación, accesibilidad, discapacidad y ciudadanía. Mediante una revisión sistemática de la literatura, de carácter exploratorio-descriptivo y enfoque cualitativo, se identifican tendencias y características de estas investigaciones en ocho ejes temáticos que abarcan periodismo, derechos, participación social, capacitismo, trabajo y prácticas de comunicación pública y visual. El análisis aborda los desafíos y las oportunidades para consolidar un campo de estudio capaz de producir conocimientos comprometidos con la ciudadanía comunicativa del colectivo plural de personas con discapacidad.

**Palabras clave:** Discapacidad; Accesibilidad; Ciudadanía; Revisión de literatura.

## Introdução

Este texto parte do interesse em compreender como vêm se configurando as pesquisas que inter-relacionam comunicação, cidadania, acessibilidade e deficiência, com vistas à lenta e gradual consolidação dos estudos sobre Mídia e Deficiência e da Acessibilidade Midiática no Brasil. Ao mesmo tempo, busca revisitar e tecer reflexões a partir de marcos importantes e simbólicos celebrados recentemente: os 10 anos da promulgação da Lei Brasileira de Inclusão, a LBI (Brasil, 2015), e os 35 anos do GP Comunicação para a Cidadania (Silva et al, 2021). Diante disso, propomos analisar de que maneira as discussões de cidadania vêm sendo projetadas nessa interface, assim como observar quais os possíveis ecos da LBI na ciência e na comunicação, a partir de 49 trabalhos apresentados no GP Comunicação e Cidadania (33) e no IJ Comunicação e Cidadania (16), publicados nos anais do Congresso da Intercom,

Por meio da pesquisa da pesquisa, Jiani Bonin afirma sermos capazes de “avançar com e a partir delas” (2011, p. 34, grifo da autora). Ou seja, revisitar os anais do *GP Comunicação para a Cidadania* e do *Intercom Júnior Comunicação e Cidadania* constitui uma ação valorosa para compreender como as pessoas com



deficiência têm sido mobilizadas cientificamente no campo da Comunicação. O contato com essas contribuições concretas é capaz de fazer germinar novas problematizações, estabelecer linhas e tendências de pesquisa, bem como evidenciar brechas para mais iniciativas científicas em prol da cidadania. Valendo-nos da práxis metodológica da pesquisa da pesquisa, que “alimenta a construção de investigações em curso em múltiplas dimensões e oferece elementos para orientar estrategicamente o campo de pesquisa” (Bonin, 2022, p. 322-323), partimos para conhecer o desenrolar de um percurso histórico no campo da Comunicação.

A sistematização que apresentamos não tem a pretensão de ser totalizadora. Trata-se, antes, de um compromisso de aliar a processualidade científica à construção de saberes e à possibilidade de transformação, capazes de fortalecer e amadurecer nossa agenda de estudos, contribuir para a formulação de políticas públicas de comunicação que considerem as especificidades das pessoas com deficiência em sua diversidade, além de impactar os próprios processos midiáticos, cada vez mais chamados à responsabilidade social de produzir perspectivas emancipatórias junto às pessoas com deficiência.

### **Panorama teórico-histórico da interface**

O que chamamos de interface é um agrupamento de problematizações possíveis e diversas que o campo da Comunicação tem para estabelecer com os estudos da deficiência. Ou seja, a interface se configura como um espaço de perguntas que ainda, na sua maioria, carecem de respostas. Os estudos de Mídia e Deficiência estão em construção e constante expansão mundialmente (Elcessor; Hagood; Kirkpatrick, 2021). Somente com o amadurecimento dessa interface é que conseguiremos dar conta de compreender as múltiplas inter-relações que pessoas com deficiência possuem com os processos midiáticos e comunicacionais; da circulação simbólica de sentidos e imaginários sobre a deficiência a partir das produções jornalísticas, publicitárias e cinematográficas; da inserção de profissionais com deficiência em espaços de produção de comunicação; da acessibilidade nas organizações, para citar alguns exemplos. Essas, como se nota, são perguntas que demandam *loci* de problematização teórico-metodológicos distintos, porém, como ação tática, se agrupam naquilo que vem amadurecendo como interface de mídia, acessibilidade e deficiência.



No Brasil, não são muitos os movimentos organizados, espaços como grupos de trabalho em eventos ou até mesmo associações ou redes de pesquisas que centralizem essas discussões. Há um sentimento de dispersão do debate, embora haja encontros, como esse já mencionado, dentro de um GP maior de cidadania. Movimentos de revisões são estratégicos para a construção de um panorama capaz de contribuir com a sistematização do conhecimento sobre as diferentes perguntas e demandas que se dirigem ao campo. Jiani Bonin (2011; 2022) entende a pesquisa da pesquisa como uma prática que sustenta e alimenta a processualidade científica, capaz de gerar reformulação e invenção de teorias, métodos e procedimentos investigativos,

ao produzir um exame crítico das investigações e refletir sobre suas contribuições e carências, ela permite pensar âmbitos em que devemos investir para qualificar nossas produções, visualizar linhas de investigação epistemológica, teórica, metodológica e temática que precisamos fortalecer (Bonin, 2022, p. 315).

Desde diferentes lugares, revisões já foram feitas: as pesquisas em Acessibilidade no campo da Comunicação Organizacional e das Relações Públicas foram levantadas por Luiz Guilherme Valério Bueno, Guilherme Ferreira de Oliveira e Suely Maciel (2023), a partir dos grupos de pesquisa da área nos anais do Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, e por Guilherme Ferreira de Oliveira e colegas (2023) e Teixeira e Ferrari (2025) nos anais do principal congresso da área, o Abrapcorp; Felipe Collar Berni (2022; 2024) buscou saber como pessoas com síndrome de Down foram mobilizadas ao longo do tempo nos Congressos da Intercom; também como a trajetória do seu grupo de pesquisa, o Processocom, articulou pesquisas na companhia de pessoas com deficiência; já Samara Wobeto, Luan Moraes Romero e Viviane Borelli (2024), em resposta à inquietação por referências para pesquisas sobre a acessibilidade na área da comunicação, se debruçam na produção científica da pós-graduação brasileira, a fim de construir um estado da arte. Temos, portanto, um exercício da pesquisa da pesquisa assumida como premissa na postura transmetodológica de pesquisar-junto de pessoas com deficiência (Collar Berni; Maldonado, 2025), capaz de, a partir de um equilíbrio entre a artesanaria da investigação e o diálogo com a coletividade do saber, fomentar uma interface que dialoga de maneira direta com a cidadania das pessoas, com o seu direito à comunicação e com a formulação de políticas públicas de comunicação.



Nessa caminhada rumo à consolidação da interface, é importante recuperar a necessidade de construção de laços e de institucionalização. O que experienciamos é que laços e espaços de discussão acadêmica emergem nas brechas, nas fissuras dos congressos — como plantas que nascem nas rachaduras do asfalto — e que precisam, em um primeiro momento, ser identificados, catalogados e regados, para que, em seguida, se constituam como um espaço próprio de florescimento e expansão.

### Procedimentos metodológicos

O estudo, de abordagem qualitativa e caráter exploratório-descritivo, parte da técnica de revisão de literatura, especificamente nos anais dos congressos nacionais anuais organizados pela Intercom, como pesquisa bibliográfica que segue as etapas metodológicas usuais desse tipo de investigação: definição, seleção, leitura e análise, e delineamento de linhas gerais (Martino, 2018). Foram consultados todos os anais de 2001 a 2025 do GP Comunicação para a Cidadania (e suas denominações anteriores) e do IJ Comunicação e Cidadania, criado em 2009<sup>3</sup>. Os termos-chave utilizados foram “Acessibilidade”, “Deficiência”, “Deficiente” (termo em voga nos anos anteriores à LBI), “Autismo”, “Capacitismo” e “Inclusão”. A busca foi a partir da filtragem por GP ou IJ (de Cidadania) e por mecanismos próprios do website ou, na ausência desses mecanismos de busca em alguns casos, pela leitura integral de todos os títulos, resumos e palavras-chave dos trabalhos publicados nos referidos anais. Foram selecionados todos os trabalhos em que esses termos aparecem nos elementos pré-textuais. Após a leitura de todos os textos e excluídos aqueles que não abordassem de fato a temática, chegamos a 49 trabalhos, distribuídos entre o GP (33) e o IJ (16)<sup>4</sup>. Por fim, dos 49 trabalhos selecionados, vale destacar que dois trabalhos não estavam disponíveis on-line, mas foram considerados na análise preliminar e caracterização do *corpus*.

A análise dos trabalhos está estruturada em dois momentos distintos: um primeiro descritivo, em que o *corpus* é descrito a partir de seus elementos constitutivos (distribuição temporal, institucional, e de deficiências abordadas). Em seguida, partimos para uma análise exploratória de categorização temática emergente

<sup>3</sup> Os anais da Intercom estão disponíveis em websites próprios de cada ano do congresso e em listagem geral no site da associação.

<sup>4</sup> Pela limitação espacial deste texto, a listagem completa dos trabalhos selecionados pode ser consultada em <https://bibliotecafalada.unesp.br/wp-content/uploads/2026/09/IJ-COMUNICACAO-PARA-A-CIDADANIA-INTERCOM.pdf>. Acesso em: 28 set. 2026.



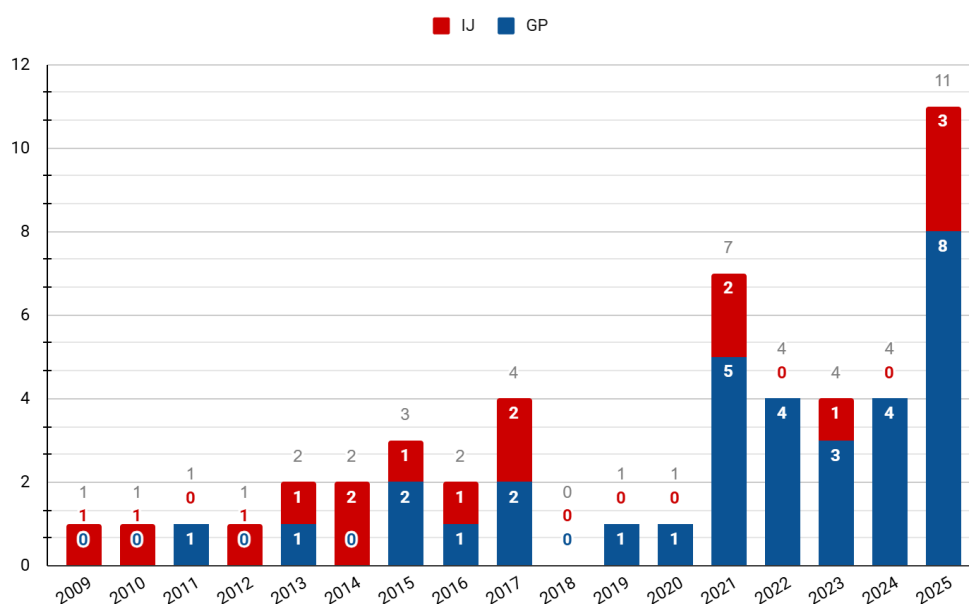
dos próprios trabalhos: todos os trabalhos foram lidos na íntegra, a fim de identificar linhas gerais de temas que perpassam as discussões (Martino, 2018). A partir dessas leituras, foram definidos oito eixos que serão melhor discutidos mais à frente: Práticas e processos jornalísticos; Direito à comunicação e cidadania comunicativa; Mobilização e participação social; Capacitismo e comunicação; Comunicação e trabalho; Comunicação pública; Comunicação visual; e Práticas gerais para as áreas da Comunicação. A seguir, apresentamos a caracterização descritiva do *corpus*.

### **Caracterização do *corpus***

A Figura 1 apresenta a distribuição anual dos 49 trabalhos que compõem o *corpus*. Entre 2001 e 2008, não foram identificados trabalhos sobre a temática. O primeiro registro ocorreu em 2009, no IJ Comunicação e Cidadania; no GP Comunicação para a Cidadania, o primeiro trabalho foi apresentado em 2011. De 2009 a 2014, foram apresentados oito trabalhos: um por ano entre 2009 e 2012 e dois por ano em 2013 e 2014. Desse total, seis pertenciam ao IJ e dois ao GP, indicando o papel inicial do IJ na discussão da temática.

De 2015 a 2025, período que se inicia no ano de promulgação da Lei Brasileira de Inclusão (LBI), foram apresentados 41 trabalhos. A distribuição anual foi de três em 2015, dois em 2016, quatro em 2017, nenhum em 2018, um em 2019, um em 2020, sete em 2021, quatro por ano entre 2022 e 2024 e onze em 2025. Esse último foi o ano com maior número de trabalhos: oito no GP e três no IJ. Considerado todo o período, o GP reuniu 33 trabalhos e o IJ, 16. Os dados mostram uma ampliação da produção, embora com oscilações entre os anos, e uma presença mais expressiva do GP na parte final da série.

**Figura 1 - Distribuição temporal dos trabalhos apresentados no IJ Comunicação e Cidadania e no GP Comunicação para a Cidadania, de 2009 a 2025**



**Fonte:** elaborado pela autoria, 2026.

Embora a filiação institucional dos autores dos trabalhos seja bem diversa (36 Instituições de Ensino Superior), destacamos as que se repetem: Universidade Estadual Paulista (Unesp), com sete trabalhos; Universidade Metodista de São Paulo (Metodista) com quatro trabalhos; Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) com três trabalhos; Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal do Pampa (Unipampa) e Universidade de São Paulo (USP), com dois trabalhos cada. As demais filiações institucionais são de apenas um trabalho cada. Estes dados indicam a emergência de algumas Instituições de Ensino Superior (IES) como promotoras de debates de cidadania em articulação com acessibilidade, mídia e deficiência. Não é possível ainda falar de uma tradição de estudos, mas sim pistas de localidades e instituições que vêm buscando desenvolver a interface aqui estudada.

Quanto ao enfoque dado à deficiência em cada trabalho, temos uma variedade de abordagens: 17 trabalhos discutem questões associadas à comunicação e às pessoas com deficiência de forma mais ampla, mencionando “pessoas com deficiência” sem especificações. Enquanto isso, o Transtorno do Espectro Autista (TEA) é tema de oito trabalhos e outros seis tratam, de forma geral, das deficiências sensoriais (visual e auditiva). Apesar de seis trabalhos discutirem a relação entre deficiências sensoriais e os processos comunicacionais, outros cinco focam especificamente na deficiência auditiva, enquanto mais cinco abordam a deficiência visual. A deficiência física é tema de três trabalhos, e a deficiência intelectual,



também de três. A Síndrome de Down é abordada em dois trabalhos e, por fim, a Atrofia Espinhal Muscular aparece em somente um.

### **Eixos/agrupamentos possíveis**

A estratégia de realizar agrupamentos possíveis, que reflitam tendências e/ou constâncias observadas no acervo desses espaços estudados, está relacionada a uma posição que busca sistematizar para favorecer leituras e apropriações, como já realizado em experiências anteriores, tendo os próprios anais dos congressos da Intercom como espaço de análise (Bueno; Oliveira; Maciel, 2023; Collar Berni, 2022). Como explica Martino (2018, p. 96-97), uma possibilidade de objetivo, em pesquisas bibliográficas, é “sistematizar linhas de pensamento a respeito de um assunto”. Não nos interessa isolar as linhas possíveis que, em muitos casos, se interconectam. Portanto, os eixos que apresentamos dialogam com um ideal de organização das múltiplas inferências que assumimos nesse movimento de construção de uma interface de estudos. De toda forma, alguns comentários prévios atravessam, de modo predominante, as reflexões que seguem.

De forma geral, antes de pensar nos agrupamentos temáticos entre os trabalhos, percebe-se, paulatinamente, um amadurecimento das perspectivas teórico-metodológicas sobre a deficiência, mobilizadas para fortalecer as investigações. Foi possível observar que, com o passar do tempo, as referências empregadas na argumentação — especialmente sobre deficiência — deixaram de ser construídas exclusivamente com base em referenciais de outras áreas, disciplinas ou teorias somadas às da Comunicação. Passaram, então, a incorporar conceitos e problematizações epistemológicas sobre deficiência desenvolvidos desde o próprio campo, aspecto que revela a existência de esforços para se pensar essa interface.

Em relação à força argumentativa, especialmente na justificativa da relevância dos trabalhos, esta ainda se apoia, majoritariamente, em marcos legais. Ainda de maneira predominante, a concepção de cidadania é timidamente explorada. Quando mobilizada, ainda que de forma incipiente, funciona como um instrumento de entrada da discussão no GP e IJ. Ou seja, na ausência de um espaço próprio para prosperar, recorre-se ao guarda-chuva da cidadania como ambiente de acolhimento. Da mesma forma, observa-se que o próprio conceito de deficiência é frequentemente assumido de forma genérica, em alguns casos sequer havendo especificação sobre a qual se refere, sem as devidas contextualizações e intersecções necessárias para dar



conta da complexidade e da multidimensionalidade que constituem esse coletivo. Além desses aspectos gerais que atravessam todos os trabalhos, realizamos a partir do levantamento realizado, como já citado, um agrupamento dos trabalhos em oito eixos (Quadro 1).

**Quadro 1 - Distribuição dos trabalhos nos eixos**

|                                                       |                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
|-------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <i>Práticas e processos jornalísticos</i>             | Vieira e Pereira (2010), Beilfuss e Bonito (2017), Collar Berni (2019; 2021), Juliotti e Victor (2020), Silva e Soares (2021), Juliotti, Ganzarolli e Victor (2021), Ferreira e Reis (2022), Moraes (2022), Silva (2024), Wobeto e Borelli (2024) e Silva (2024), Ganzarolli e Silva (2025), Vieira (2025) |
| <i>Direito à comunicação e cidadania comunicativa</i> | Silva (2011), Cláudio (2015), Corneti de Lima (2015; 2017), Beilfuss e Bonito (2017), Silva e Soares (2021), Collar Berni (2022), Ferreira e Reis (2022), Dias e Machado (2023), Justo e Fernandes (2024), Ganzarolli e Silva (2025), Mayer (2025); Collar Berni e Oliveira (2025)                         |
| <i>Mobilização e Participação social</i>              | Silva, (2011), Salvatori (2017), Corneti de Lima (2015), de Ferreira e Reis (2022), Dias e Machado (2023), Sales (2025), Barros et al (2025), King e Urrutia (2025)                                                                                                                                        |
| <i>Capacitismo e comunicação</i>                      | Juliotti, Ganzarolli e Victor (2021), Ferreira e Reis (2022), Ganzarolli e Victor (2022), Dias e Machado (2023), Silva (2023; 2024), S. Silva (2024), Santos e Ferreira (2025), Ganzarolli e Silva (2025), Collar Berni e Oliveira (2025), Vieira (2025), Souza et al. (2025)                              |
| <i>Comunicação e trabalho</i>                         | Juliotti e Victor (2020), Kinoshita (2021), Ferreira e Reis (2022), Oliveira e Maciel (2023), Collar Berni e Oliveira (2025), Escarabello Junior e Andrelo (2025), Mayer (2025) e Vieira (2025)                                                                                                            |
| <i>Comunicação pública</i>                            | Granato (2013), Ananias e Tork (2015), Broetto e Napolitano (2016), Silva (2024) e Escarabello Junior e Andrelo (2025)                                                                                                                                                                                     |
| <i>Comunicação visual</i>                             | <b>Fotografia:</b> Silva (2016) e Gabbay, Dias e Rocha (2021)<br><b>Design:</b> Pereira e Palhaci (2014), Hecksher e Fragoso (2022)                                                                                                                                                                        |
| <i>Práticas gerais para as áreas da Comunicação</i>   | Collar Berni (2022; 2023), Dias e Machado (2023) e Silva (2024), Macedo e Depexe (2025), Vieira (2025), Escarabello Junior e Andrelo (2025); Collar Berni e Oliveira (2025)                                                                                                                                |

**Fonte:** autoria própria, 2026.

Como mencionado anteriormente, trata-se de um agrupamento temático indutivo a partir da leitura completa dos trabalhos, de modo que não buscamos validar uma categorização pré-definida intencionalmente, mas abraçamos, de fato, os temas transversais a cada grupo de trabalhos para a construção de uma análise conjunta e que ao mesmo tempo valoriza a pluralidade de abordagens. A seguir, apresentamos a discussão das análises de cada eixo/agrupamento.

### **Práticas e processos jornalísticos**

Trata-se do agrupamento mais volumoso. O jornalismo é central em 14 dos trabalhos, ou seja, em aproximadamente um quarto do acervo reunido. Como característica dessa linha, nota-se a predominância de dois aspectos: acessibilidade e representação. A ideia de acessibilidade comunicativa aparece em oito trabalhos, embora com feições ainda distintas. Um grande bloco apresenta problematizações e



reflexões sobre o uso, ou não, de recursos e técnicas de acessibilidade comunicativa no fazer jornalístico da imprensa brasileira, como é o caso dos trabalhos de Letícia Beilfuss e Marco Bonito (2017); Jéssie Marielle Ribeiro da Silva e Fabiana Soares (2021); Giovandro Marcus Ferreira e Juliana Linhares Brant Reis (2022); e Sabryna Moreno da Silva (2024). Enquanto isso, Juliotti e Victor (2020) e Ganzarolli e Victor (2022) discutem a incorporação da acessibilidade (ou a falta de tal prática) nas rotinas profissionais de jornalismo, em redações e no mercado de trabalho, de forma geral.

Há trabalhos que problematizam a acessibilidade a partir da lógica da recepção, como os de Felipe Collar Berni (2019; 2021); e outros que a abordam pela lógica do ensino de jornalismo, como os de Samara Wobeto e Viviane Borelli (2024) e Leylianne Vieira (2025).

Já uma outra tendência denota o interesse na produção simbólica de sentidos e significados sobre a deficiência e as pessoas com deficiência. São pesquisas que se perguntam de que maneira esse grupo é representado pela imprensa, majoritariamente realizando acenos para uma práxis jornalística menos estigmatizante ou até mesmo *outrofóbica* (Moraes, 2022), que celebre a diversidade dessas vivências e possibilite que as vozes, historicamente e midiaticamente, silenciadas possam ecoar. É o caso dos trabalhos de Suellen Vieira e Ariane Pereira (2010); Renata Elias Juliotti, Amanda Ganzarolli e Cilene Victor (2021); e Sabryna Moreno da Silva (2023). Também na lógica do enquadramento que a deficiência assume em peças jornalísticas, Ganzarolli e Silva (2025) discutem como a divulgação dos dados do Censo 2022 do IBGE, que, de maneira inédita, trouxeram detalhamentos sobre pessoas com deficiência, foi comunicada à sociedade, a fim de compreender se esses dados foram divulgados de forma a amplificar o estereótipo sobre PCD ou se promoveram uma comunicação voltada à cidadania.

Destaca-se, ainda, a força do IJ na valorização das experiências em âmbito regional. É nesse espaço, impulsionado pela potência das pesquisas desenvolvidas na graduação, que emergem importantes marcações do regionalismo. Vieira e Pereira (2010), por exemplo, analisaram a Folha de Londrina, do interior do Paraná, para refletir sobre a ideia de inclusão a partir do discurso jornalístico construído pelo veículo. Com abordagem etnográfica, Beilfuss e Bonito (2017) realizaram uma pesquisa junto à RBS, a maior experiência de jornalismo do Rio Grande do Sul, com o objetivo de compreender como a acessibilidade é aplicada nas suas produções.



## **Direito à comunicação e cidadania comunicativa**

Observamos também outra frente de problematizações que dialoga, de maneira mais ampla, com as bases do GP: o direito à comunicação e a cidadania comunicativa. São reflexões que buscam apresentar e ampliar a argumentação a partir de uma concepção epistemológica sobre a comunicação na qualidade de direito capaz de fazer com que as pessoas possam ser e sejam reconhecidas como cidadãs. Destaca-se o esforço de qualificar e situar leituras sobre a cidadania a partir das particularidades que as inter-relações entre mídia e deficiência apresentam (Cláudio, 2015; Collar Berni, 2022, 2023; Corneti de Lima, 2017; Silva; Soares, 2021).

Ganzarolli e Silva (2025) contribuem para pensar o direito à comunicação também pela lógica da construção e visibilidade de dados. Observam a circulação do Censo Demográfico de 2022 em portais jornalísticos e em redes sociais digitais, quando o TEA foi registrado oficialmente pela primeira vez na operação — o dado como informação, disposto a ser apropriado por movimentos sociais e organizações com foco na formulação de políticas públicas para o coletivo. Ainda neste mesmo eixo, trabalhos como de Carmen Justo e Luzia Fernandes (2024) e de Beilfuss e Bonito (2017) apontam que a acessibilidade — ou a acessibilidade comunicativa — atua como mediadora da compreensão da informação em diversos contextos, como o digital. Logo, os processos de produção e criação de conteúdo que não consideram as diversas formas de acesso são estruturalmente excludentes e obstrutivos para o exercício da cidadania, como é levantado também por Corneti de Lima (2015).

Flávia Mayer (2025) qualifica o debate ao entrecruzar e ampliar a problemática da acessibilidade enquanto direito, garantindo acesso equitativo à informação e à participação social, tendo como horizonte o enfrentamento da desinformação entre pessoas com deficiência visual. Ainda, a ausência de acessibilidade pode ser considerada um impedimento à participação social plena, inclusive como forma de desarticulação política da mobilização social de coletivos de/para pessoas com deficiência, como será apresentado a seguir.

## **Mobilização e participação social**

Diversos trabalhos abordam a mobilização social articulada às condições de acesso, compreendendo a acessibilidade como requisito para o exercício da cidadania.



Neste eixo, destaca-se a mobilização em prol da inclusão e da garantia de direitos das pessoas com deficiência, especialmente mediada por ambientes digitais.

Parte significativa da literatura converge ao apontar as mídias sociais como espaços de coletivização e ciberativismo. Estudos como os de Patrícia Salvatori (2017), Corneti de Lima (2015), Ferreira e Reis (2022), Dias e Machado (2023), Nathali King, Stella Sandrini e Claudia Irene de Quadros (2025) e Rina Sales (2025) evidenciam que essas plataformas operam simultaneamente na construção de identidades (Silva, 2011; Sales, 2025), na promoção da conscientização (Salvatori, 2017) e na reivindicação de direitos (Corneti de Lima, 2015; Ferreira; Reis, 2022; King; Sandrini; Quadros, 2025). Nesse contexto, o ciberativismo emerge como prática recorrente de resistência e visibilização (Dias; Machado, 2023; Salvatori, 2017; Sales, 2025).

Essas dinâmicas se materializam tanto na atuação de influenciadores quanto em iniciativas coletivas. Dias e Machado (2023) e Sales (2025) mostram como influenciadores utilizam estratégias comunicacionais para enfrentar a discriminação. De modo complementar, Corneti de Lima (2015) analisa a repercussão de uma campanha protagonizada por Ariel Goldenberg, evidenciando a circulação de imaginários sobre a deficiência. Já Salvatori (2017) e Ferreira e Reis (2022) deslocam o foco para coletivos digitais, cujos perfis e blogs configuram espaços de produção autônoma, fortalecendo representatividade e autoridade discursiva.

Para além do ambiente digital, a participação social é discutida em diferentes esferas institucionais. Silva (2011) analisa a atuação de pessoas com deficiência em Conselhos e Conferências de Saúde, evidenciando a luta pelo acesso à informação e pelos direitos sexuais e reprodutivos. Em outra direção, Caldas et al. (2025) apontam a inacessibilidade comunicacional em espaços religiosos como barreira ao pertencimento. No campo da cultura, King, Sandrini e Quadros (2025) demonstram como denúncias de influenciadoras sobre a falta de acessibilidade em um festival musical geraram pressão pública e resultaram em mudanças estruturais, ampliando as condições de participação.

Em conjunto, os estudos indicam que a mobilização social das pessoas com deficiência se configura de forma multifacetada, articulando práticas digitais e presenciais, individuais e coletivas, com impactos concretos na ampliação de direitos e no enfrentamento de barreiras à participação.



## Capacitismo e comunicação

O eixo capacitismo e comunicação reúne trabalhos que abordam o tema diretamente, mas reconhecendo que, como estrutura, o capacitismo é transversal e presente, mesmo que não de forma explícita, em praticamente todos os trabalhos da revisão feita. Juliotti, Ganzarolli e Victor (2021), Ferreira e Reis (2022), Ganzarolli e Victor (2022), Sabryna Silva (2023; 2024), Dias e Machado (2023), Suelen Silva (2024), Adriana Santos e Raquel Ferreira (2025), Ganzarolli e Silva (2025), Autores (2025), Vieira (2025) e Marcela Souza e colegas (2025) trazem o termo como parte do vocábulo de seus textos. Primeiramente, nos ancoramos no conceito de capacitismo de Marivete Gesser, Pamela Block e Anahí de Mello (2020), para quem

o capacitismo é estrutural e estruturante, ou seja, ele condiciona, atravessa e constitui sujeitos, organizações e instituições, produzindo formas de se relacionar baseadas em um ideal de sujeito que é performativamente produzido pela reiteração compulsória de capacidades normativas que consideram corpos de mulheres, pessoas negras, indígenas, idosas, LGBTI e com deficiência como ontológica e materialmente deficientes (Gesser; Block; Mello, 2020, p. 18).

A partir desta definição, destacamos os trabalhos de Ganzarolli e Victor (2022), de Silva (2023; 2024), de Dias e Machado (2023) e de Vieira (2025), por considerarem o capacitismo como uma estrutura que perpassa o campo da comunicação em diversas instâncias: como estrutura de construção de sentidos (Silva, 2023); como causa da inacessibilidade à informação (Dias; Machado, 2023); materializando-se no silenciamento de narrativas da vida diária de pessoas com deficiência (Dias; Machado, 2023); e não estando presente somente na forma que a deficiência é representada, mas também na docência no ensino de jornalismo (Vieira, 2025) e nas estruturas de produção jornalística (Ganzarolli; Victor, 2022) e comunicacional.

A discussão do capacitismo está intimamente ligada ao conceito de estigma, de Erving Goffman, massivamente evocado pelos trabalhos deste eixo (Dias; Machado, 2023; Silva, 2023; Souza et al., 2025; Santos; Ferreira, 2025). Silva (2023, p. 4) se apropria do termo para explicar como o estigma pode ser compreendido como uma discriminação enfrentada “por quem é diferente em sociedade, sendo reduzido a alguém fraco e defeituoso, como se não tivesse os requisitos para ser plenamente aceito”. Enquanto isso, Santos e Ferreira (2025) transportam o conceito de estigma para a noção de “identidade diminuída”, quando da representação de estereótipos estigmatizantes em séries de TV. Os autores indicam que, ao mostrar personagens



autistas que amam, sofrem e criam vínculos, as séries desafiam o estigma da insociabilidade e reivindicam o status de "pessoas inteiras" para esses sujeitos.

Para além das representações estigmatizantes e capacitistas, Souza et al. (2025) trazem uma proposta aplicada de transformação da realidade social: o projeto de extensão “A falácia do capacitismo”. Este projeto consiste na realização de oficinas de conscientização sobre o tema no presídio da cidade de Frutal, com os Indivíduos Privados de Liberdade e com estudantes universitários dos cursos de Serviço Social, Pedagogia e Ciências Sociais da universidade dos autores. Além das oficinas, foram publicadas reportagens e uma cartilha (*A desconstrução do capacitismo em pauta*).

Todos os textos deste eixo convergem na ideia de que a comunicação e os processos midiáticos possuem um papel ambivalente: tanto podem ser agentes de promoção de noções estigmatizantes e capacitistas quanto caminhos para a promoção da cidadania e da inclusão, de forma mais humanizada e ética. Este último ponto é o gancho ideal para as próximas discussões a serem abordadas: rotinas profissionais de diversas áreas da comunicação e suas relações com a acessibilidade e a desconstrução do capacitismo. Enquanto anteriormente a *práxis* jornalística já foi evidenciada ao mencionarem a presença do capacitismo nas estruturas profissionais (rotinas, redações, mercado de trabalho) de jornalismo, nos eixos a seguir pretendemos explorar quais trabalhos levam essa discussão para outras áreas e atividades da comunicação.

## **Comunicação e trabalho**

Em uma perspectiva organizacional e/ou do mercado de trabalho, os estudos de Juliotti e Victor (2020), Jamir Kinoshita (2021), Ferreira e Reis (2022), Guilherme Oliveira e Suely Maciel (2023), José Roberto Escarabello Junior e Roseane Andrelo (2025) e Mayer (2025) concentram-se em dois eixos complementares: 1) as desigualdades enfrentadas por trabalhadores com deficiência no mercado de trabalho; e 2) a incorporação da acessibilidade e de práticas inclusivas nas rotinas profissionais de comunicadores.

No que se refere ao acesso ao trabalho, a Lei nº 8.213 (Brasil, 1991), conhecida como Lei de Cotas, é apontada como principal instrumento de inclusão no mercado formal, ao estabelecer a reserva de 2% a 5% das vagas em empresas com mais de 100 funcionários (Juliotti; Victor, 2020; Kinoshita, 2021; Oliveira; Maciel, 2023). Embora sua relevância seja reconhecida, os autores convergem ao indicar seus limites,



sobretudo diante da persistência de uma visão histórica que associa deficiência à incapacidade laboral, produzindo preconceitos e colocando em dúvida a produtividade desses trabalhadores (Juliotti; Victor, 2020).

Para além da contratação, Kinoshita (2021) explora a comunicação e a construção da identidade de pessoas com deficiência física motora no mundo do trabalho, ou seja, com foco no ambiente organizacional. O trabalho para os indivíduos é, para além de um emprego, uma forma de construção de si no mundo, integrando aspectos subjetivos e corporais (Kinoshita, 2021). Dessa forma, o corpo da pessoa com deficiência no trabalho representa um modo de ser e estar que exige que as relações de comunicação no ambiente laboral superem a visão puramente clínica ou "utilitarista" e abracem a complexidade do ser, estar e pertencer (Kinoshita, 2021). Na mesma direção, Oliveira e Maciel (2023) reconhecem que a interação social no trabalho ocorre por meio da linguagem e da comunicação, enquanto dimensões mediadoras dos relacionamentos e das possibilidades para a circulação de sentidos no ambiente laboral. Para eles, a falta de acessibilidade no ambiente de trabalho impede que o trabalhador com deficiência participe da construção de sentidos da/na cultura organizacional.

Esta abordagem de Oliveira e Maciel (2023) transpõe a discussão da acessibilidade para as rotinas profissionais, neste caso, dos relações-públicas. Discutem-se as percepções desses trabalhadores sobre as condições de acesso na comunicação interna e como as culturas organizacionais podem contemplar a acessibilidade, de forma que estes profissionais possam incorporar em seus cotidianos práticas mais inclusivas. Oliveira e Maciel (2023) defendem que o profissional de Relações Públicas pode atuar como um ativista organizacional, sendo responsável por criar planejamentos estratégicos de comunicação organizacional que considerem a acessibilidade à informação e à comunicação (legendas, audiodescrição, janela de Libras) para que o trabalhador com deficiência possa participar ativamente da vida organizacional. Outro exemplo reside no trabalho de Ferreira e Reis (2022), em que se discute o atendimento ao cliente com deficiência, ou seja, como podem ser incorporadas práticas de SAC mais acessíveis.

A incorporação da acessibilidade nas rotinas produtivas é também enfatizada por Escarabello Junior e Andrelo (2025) e Mayer (2025). A partir de entrevistas com profissionais e gestores, os primeiros ressaltam que o texto (falado, escrito ou visual) constitui o objeto central do trabalho em comunicação, o que torna fundamental sua



produção em formatos acessíveis como exigência regular. Ambos trazem apontamentos de profissionais e gestores de comunicação e políticas públicas que defendem a incorporação da acessibilidade desde o “rascunho do projeto” e não ser algo que se retira para reduzir custos. Mayer (2025) também defende que a acessibilidade deixe de ser um recurso opcional para tornar-se elemento estruturante das estratégias comunicacionais e ressalta que existe um desafio a ser considerado: conciliar a velocidade e a urgência, por exemplo, de postagens em mídias sociais, com o tempo necessário para incorporar as práticas acessíveis na produção, dilema descrito como um “cabo de guerra” constante nas equipes de comunicação. Tais dilemas também se manifestam no setor público, conforme apontam os citados Escarabello Junior e Andrelo (2025), e serão aprofundados nas discussões seguintes.

### **Comunicação pública**

No âmbito da comunicação pública, os estudos analisados articulam três frentes: 1) a acessibilidade e seus desafios (Granato, 2013; Ananias; Tork, 2015; Silva, 2024; Escarabello Junior; Andrelo, 2025), 2) a circulação de sentidos sobre a deficiência (Broetto; Napolitano, 2016) e 3) a participação social (Silva, 2011).

Mariany Granato (2013) define a comunicação pública como condição para a transparência e a participação cidadã, perspectiva que se aproxima da análise de Sabryna Silva (2024) sobre o compromisso de uma emissora pública com recursos de acessibilidade. Em ambos, assim como no trabalho de Fabrício Ananias e Tatiana Tork (2015), a acessibilidade é entendida como dimensão constitutiva, e não complementar, da função social do setor público. Contudo, esse princípio enfrenta limites concretos. Escarabello Junior e Andrelo (2025) evidenciam entraves administrativos e burocráticos, como licitações e trâmites legais, além da necessidade de disputa por orçamento, indicando que, sem recursos e capacitação, a acessibilidade tende a permanecer no plano discursivo. Sua efetivação depende, portanto, de vontade política traduzida em ações concretas (Escarabello Junior; Andrelo, 2025).

Para além do acesso, Tatiana Broetto e Carlo José Napolitano (2016) analisam a representação da deficiência na comunicação de universidades públicas, destacando seu papel na produção de sentidos socialmente compartilhados. Já Silva (2011) evidencia a participação de pessoas com deficiência em espaços de deliberação em saúde pública, reforçando que o acesso à informação é condição para a incidência



política. Em conjunto, os estudos indicam que a comunicação pública oscila entre seu papel normativo, orientado pela inclusão e participação, e limites institucionais e materiais que condicionam a efetivação da acessibilidade.

### **Comunicação visual**

Notamos um agrupamento de trabalhos que dialogam diretamente com as visualidades, trazendo-as para a centralidade de suas análises e problematizações. A mesma mirada para a circulação de sentidos sobre a deficiência agora ganha outros debates a partir da fotografia: Denise Silva (2016) discute a fotografia como uma forma de reconstrução de sentidos sobre corpos com deficiência, enquanto Marcello Gabbay, Fabiana Dias e Laís Rocha (2021) trazem a fotografia como formato a ser traduzido para a promoção da acessibilidade visual.

Ainda em uma pegada da comunicação visual e das experiências das pessoas com deficiência, Juliana Pereira e Maria do Carmo Palhaci (2014) levam o debate para o campo do Design, em específico o Design de Produtos. Já Andrea Hecksher e Gisele Vieira Fragoso (2022), em sintonia com a incorporação da acessibilidade em rotinas de profissionais de áreas da comunicação, discutem o trabalho de desenvolvedores de interfaces gráficas digitais e do design inclusivo, especificamente para pessoas do espectro autista.

### **Práticas gerais para as áreas da Comunicação**

Por fim, apresentamos os trabalhos de Collar Berni (2022; 2023), de Silva (2024), de Dias e Machado (2023), de Vieira (2025), de Macedo e Depexe (2025), de Escarabello Junior e Andrelo (2025) e o nosso (2025) como perspectivas mais gerais para a Comunicação.

Eduardo Prates Macedo e Sandra Depexe (2025) apresentam interseções teóricas entre cidadania comunicativa, comunicação popular e acessibilidade comunicativa para pesquisas sobre pessoas com deficiência no campo da Comunicação. Escarabello Junior e Andrelo (2025) defendem a acessibilidade e a alfabetização midiática como concepções capazes de garantir a participação plena e uma leitura crítica de mundo e, a partir de entrevistas com profissionais de Comunicação e de Políticas Públicas, observam que a falta de conhecimento, tanto no



ambiente universitário quanto na sociedade, sobre acessibilidade e seus benefícios ainda é o principal desafio a ser vencido.

Nessa perspectiva, também é problematizada a falta de formação em acessibilidade nos cursos de Comunicação como um todo (Collar Berni, 2022), e não apenas em formações específicas, como já apontaram Oliveira e Maciel (2023), no caso das Relações Públicas, e Wobeto e Borelli (2024), no caso do Jornalismo.

Ainda na dimensão do ensino, Vieira (2025) reflete sobre a acessibilidade a partir da promoção de práticas anticapacitistas na docência e Escarabello Junior e Andrelo (2025) destacam que existe uma invisibilidade do segmento de pessoas com deficiência nas discussões de diversidade no ensino superior, de modo que seja desafiador formar os formadores (docentes) para que o tema da acessibilidade seja transversal e constante.

Destaca-se, ainda, Collar Berni (2023), ao discutir o exercício da cidadania comunicativa, abordando a acessibilidade como elemento essencial em um contexto mais amplo da comunicação, da mídia e das instituições sociais. Do mesmo modo, Silva (2024) apresenta reflexões relacionadas ao acesso à informação em diferentes formatos e meios, como o televisivo, enquanto Dias e Machado (2023) discutem a inacessibilidade em diversos espaços midiáticos, como telejornais, filmes, séries, novelas e mídias sociais digitais.

O exercício de constituir esse levantamento, como apresentado na primeira versão deste texto (Autores, 2025) e ampliado agora, tem a pretensão de disputar o campo da Comunicação rumo à consolidação dos estudos de mídia, acessibilidade e deficiência, contribuindo, assim, para repercussões em práticas mais amplas nas áreas da Comunicação.

### **Considerações “finais”**

Acreditamos que uma das principais contribuições do exposto acima é justamente a sistematização e agrupamento das possibilidades: a pesquisa acerca da acessibilidade e da deficiência, em articulação com os pressupostos da comunicação para a cidadania, está sendo desenvolvida, mas carecia de um olhar amplo para que novos e antigos entusiastas do tema pudessem ter um panorama das principais questões e abordagens possíveis, com o propósito de conhecer e se apropriar desses conhecimento e, a partir dele, formular novas frentes de pesquisa. Neste texto, elencamos e trouxemos para o debate olhares de diversas áreas, disciplinas e



abordagens da comunicação (Jornalismo, Design, Relações Públicas, Comunicação Pública, meios de comunicação, cidadania comunicativa etc.) em diálogo com questões latentes na sociedade, como a interseccionalidade, as denúncias do capacitismo, a participação e a mobilização social, dentre outras.

Fica em aberto também a possibilidade futura de associar a LBI, como marco contextual, institucional e simbólico, e o crescimento da produção científica sobre acessibilidade, mídia e deficiência em articulação com a cidadania, no campo brasileiro da Comunicação. Futuras investigações poderiam compreender a existência (ou não) de uma associação temporal relevante.

Ainda, questionamos: o que mais é necessário para uma maior articulação e construção de um espaço, da Comunicação, especificamente voltado às demandas do coletivo plural das pessoas com deficiência? A interface entre a deficiência, a acessibilidade e as Ciências da Comunicação vêm sendo construída no seu próprio ritmo e pelas beiradas, na busca por um lugar e por estratégias que possibilitem seu fortalecimento.

A construção desse lugar para chamar de nosso, um espaço acolhedor, aglutinador das diversidades teórico-metodológicas, conceituais e das problematizações possíveis; aliado para a interlocução, diante da necessidade de mitigar os duros efeitos da ausência de pessoas com deficiência na pós-graduação e na pesquisa; solidário no avançar junto, no compartilhamento de achados e na constituição de redes e projetos coletivos de investigação; ou seja, um espaço para o exercício de cidadania científica, compromissada com a promoção de benfeitorias para o campo da Comunicação, para as pessoas com deficiência e, com isso, para o próprio bem-viver coletivo.

Como mencionado anteriormente, não pretendemos adotar uma abordagem totalizadora e, menos ainda, conclusiva, que esgote o debate — até porque neste espaço apresentamos algumas possibilidades. Muitas outras podem (e devem) existir. Gostaríamos de acompanhar e colaborar, ao longo do tempo, com/para a emergência de ainda mais pesquisas nesta interface.

---

## Referências



ANANIAS, Fabrício da Silva; TORK, Tatiana Jácome. A acessibilidade aos surdos nas propagandas eleitorais do Amapá nas eleições de 2014. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 38., 2015, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. São Paulo: Intercom, 2015.

BEILFUSS, Letícia; BONITO, Marco. Existe conteúdo jornalístico acessível? Uma análise dentro da redação do Grupo RBS. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 40., 2017, Curitiba. **Anais [...]**. São Paulo: Intercom, 2017.

BONIN, Jiani Adriana. Revisitando os bastidores da pesquisa: práticas metodológicas na construção de um projeto de investigação. In: MALDONADO, Alberto Efendy et al. (org.). **Metodologias de pesquisa em comunicação: olhares, trilhas e processos**. Porto Alegre: Sulina, 2011. p. 17-40.

BONIN, Jiani Adriana. A pesquisa da pesquisa como práxis metodológica na construção de investigações comunicacionais. In: WOTTRICH, Laura; ROSÁRIO, Nísia Martins do (org.). **Experiências metodológicas na comunicação**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022. p. 310-326.

BRASIL. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. **Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1991.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2015.

BROETTO, Tatiana Olivetto Maranhão; NAPOLITANO, Carlo José. Comunicação e cidadania: o conceito de deficiência nos veículos impressos da UNESP. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 39., 2016, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Intercom, 2016.

BUENO, Luiz Guilherme Valério; OLIVEIRA, Guilherme Ferreira de; MACIEL, Suely. Pesquisas em acessibilidade no campo da comunicação organizacional e das relações públicas: um levantamento bibliográfico da Intercom. In: PRATA, Nair et al. (org.). **Ciências da comunicação contra a desinformação: olhares de jovens pesquisadores**. São Paulo: Intercom, 2023. p. 56-75.

CALDAS, Déborah de Araújo et al. Acessibilidade comunicacional de pessoas surdas em instituições religiosas do Distrito Federal. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 48., 2025, Vitória. **Anais [...]**. São Paulo: Intercom, 2025.

COLLAR BERNI, Felipe. Interfaces entre jornalismo, estudos de recepção e pessoa com deficiência: apontamentos e perspectivas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 41., 2019, Belém. **Anais [...]**. São Paulo: Intercom, 2019.

COLLAR BERNI, Felipe. Sujeitos comunicantes com deficiência intelectual: um estudo sobre usos e apropriações do jornalismo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 44., 2021, on-line. **Anais [...]**. São Paulo: Intercom, 2021.

COLLAR BERNI, Felipe. As pessoas com síndrome de Down e os estudos em comunicação: o que os Anais da Intercom (não) revelam? In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 45., 2022, João Pessoa. **Anais [...]**. São Paulo: Intercom, 2022.



COLLAR BERNI, Felipe. "A gente rende": a trajetória refletida do Processo com na pesquisa-junto de pessoas com deficiência. In: BONIN, Jiani Adriana; ROSÁRIO, Nísia Martins do (org.). **Construções transmetodológicas na pesquisa em comunicação**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2024. p. 223-247.

COLLAR BERNI, Felipe; MALDONADO, Alberto Efendy. Pesquisar-junto de pessoas com deficiência: uma aposta transmetodológica e anticapacitista para o campo da comunicação. **Observatório**, v. 11, p. a7, 2025.

COLLAR BERNI, Felipe; OLIVEIRA, Guilherme Ferreira de. Comunicação para a Cidadania de pessoas com deficiência: pistas a partir dos Anais dos Congressos da Intercom. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 48., 2025, Vitória. **Anais [...]**. São Paulo: Intercom, 2025.

CORNETI DE LIMA, Vivian M. Ciborgues midiaticizados: valorização e inclusão pelos meios de comunicação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 38., 2015, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. São Paulo: Intercom, 2015.

CORNETI DE LIMA, Vivian M. Os não-humanos: diferentes perspectivas para pensar a cidadania comunicativa. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 40., 2017, Curitiba. **Anais [...]**. São Paulo: Intercom, 2017.

DIAS, Isadora Pereira; MACHADO, Nealla Valentim. Luta contra o capacitismo: gênero e produções midiáticas no Instagram de Ana Clara Moniz. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 46., 2023, Belo Horizonte. **Anais [...]**. São Paulo: Intercom, 2023.

ELLCESSOR, Elizabeth; HAGOOD, Mack; KIRKPATRICK, Bill. Rumo a um campo de estudos de deficiência e mídia. **Culturas Midiáticas**, João Pessoa, v. 15, p. 6-37, 2021.

ESCARABELLO JUNIOR, José Roberto; ANDRELO, Roseane. Alfabetização midiática e acessibilidade na sociedade brasileira: visões de profissionais de comunicação e de políticas públicas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 48., 2025, Vitória. **Anais [...]**. São Paulo: Intercom, 2025.

FERREIRA, Giovandro Marcus; REIS, Juliana Linhares Brant. Comunicação para a diversidade: o discurso de acesso à informação para pessoas surdas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 45., 2022, João Pessoa. **Anais [...]**. São Paulo: Intercom, 2022.

GABBAY, Marcello Monteiro; DIAS, Fabiana Quintana; ROCHA, Laís Garcia. Comunicação sonora e cidadania: o papel da paisagem sonora na ampliação de práticas inclusivas e de resistência em espaços artísticos da cidade. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 44., 2021, on-line. **Anais [...]**. São Paulo: Intercom, 2021.

GANZAROLLI, Amanda Christina Pereira Sorio; VICTOR, Cilene. O jornalismo humanitário inclusivo como alternativa à abordagem capacitista do autismo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 45., 2022, João Pessoa. **Anais [...]**. São Paulo: Intercom, 2022.

GANZAROLLI, Amanda Christina Pereira Sorio; SILVA, Cilene Victor da. Comunicação para a cidadania e pessoas com deficiência: uma análise da divulgação do Censo 2022 no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 48., 2025, Vitória. **Anais [...]**. São Paulo: Intercom, 2025.



GESSER, Marivete; BLOCK, Pamela; MELLO, Anahí Guedes de. Estudos da deficiência: interseccionalidade, antipacitismo e emancipação social. In: GESSER, Marivete; BÖCK, Geisa Letícia Kempfer; LOPES, Paula Helena (org.). **Estudos da deficiência: antipacitismo e emancipação social**. Curitiba: CRV, 2020. p. 17-35.

GRANATO, Mariany Schievano. Comunicação pública e políticas públicas: análise do portal eletrônico da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 36., 2013, Manaus. **Anais [...]**. São Paulo: Intercom, 2013.

HECKSHER, Andrea; FRAGOSO, Gisele Vieira. TEADesign: diálogos entre design inclusivo e autismo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 45., 2022, João Pessoa. **Anais [...]**. São Paulo: Intercom, 2022.

JULIOTTI, Renata Elias; GANZAROLLI, Amanda; VICTOR, Cilene. A presença de refugiados com deficiência nas pautas sobre migração na perspectiva do jornalismo inclusivo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 44., 2021, on-line. **Anais [...]**. São Paulo: Intercom, 2021.

JULIOTTI, Renata Elias; VICTOR, Cilene. Do Jornalismo Inclusivo à inclusão do jornalista com deficiência na imprensa brasileira. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 43., 2020, on-line. **Anais [...]**. São Paulo: Intercom, 2020.

JUSTO, Carmen Silvia Porto Brunialti; FERNANDES, Luzia Sigoli. Acessibilidade digital para pessoas com deficiência: inclusão, comunicação digital acessível e cidadania. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 47., 2024, Balneário Camboriú. **Anais [...]**. São Paulo: Intercom, 2024.

KING, Nathali; SANDRINI, Stella; QUADROS, Claudia Irene de. Lollapalooza: uma análise nas adaptações realizadas em prol da acomodação do público PCD. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 48., 2025, Vitória. **Anais [...]**. São Paulo: Intercom, 2025.

KINOSHITA, Jamir. A importância da triangulação teórica na construção da identidade das pessoas com deficiência motora em suas relações de comunicação no mundo do trabalho. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 44., 2021, on-line. **Anais [...]**. São Paulo: Intercom, 2021.

MACEDO, Eduardo Prates; DEPEXE, Sandra. As vozes que faltam: interseções teóricas para uma comunicação mais acessível. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 48., 2025, Vitória. **Anais [...]**. São Paulo: Intercom, 2025.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Métodos de Pesquisa em Comunicação: projetos, ideias, práticas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

MAYER, Flávia Affonso. Acessibilidade para pessoas com deficiência visual e o combate à desinformação: projeto Alumia e o compromisso com a cidadania digital. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 48., 2025, Vitória. **Anais [...]**. São Paulo: Intercom, 2025.

MORAES, Fabiana. **A pauta é uma arma de combate: subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2022.



OLIVEIRA, Guilherme Ferreira de; MACIEL, Suely. Acessibilidade para a cidadania de pessoas com deficiência nas organizações: um olhar do papel das relações públicas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 46., 2023, Belo Horizonte. **Anais** [...]. São Paulo: Intercom, 2023.

OLIVEIRA, Guilherme Ferreira de et al. A pesquisa em comunicação organizacional e relações públicas sobre acessibilidade e inclusão: um levantamento do Congresso Abrapcorp. In: STASIAK, Daiana; CASAROLI, Lutiana; CARARETO, Mariana (org.). **Perspectivas da pesquisa e dos pesquisadores em relações públicas na atualidade**. Goiânia: Cegraf UFG, 2023. p. 92-110.

PEREIRA, Juliana Fernandes; PALHACI, Maria do Carmo Jampaulo Plácido. O design de brinquedos e o desenvolvimento neuropsicomotor de crianças portadoras do autismo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 37., 2014, Foz do Iguaçu. **Anais** [...]. São Paulo: Intercom, 2014.

SALES, Rina Rodrigues. A (des)construção da pessoa autista nas redes sociais pela ótica dos estudos culturais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 48., 2025, Vitória. **Anais** [...]. São Paulo: Intercom, 2025.

SALVATORI, Patrícia Carla Gonçalves. Mobilização social via mídias digitais e o capital social: estudo sociocultural do blog Lagarta Vira Pupa. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 40., 2017, Curitiba. **Anais** [...]. São Paulo: Intercom, 2017.

SANTOS, Adriana da Rosa; FERREIRA, Raquel Marques Carriço. Do estigma à inclusão: a representação do transtorno do espectro autista nas narrativas seriadas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 48., 2025, Vitória. **Anais** [...]. São Paulo: Intercom, 2025.

SILVA, Denise Teresinha da. As implicações do uso da fotografia para refletir sobre questões de cidadania. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 39., 2016, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: Intercom, 2016.

SILVA, Jéssie M. R.; SOARES, Fabiana. Quem tem direito à informação? Um estudo sobre a falta de acessibilidade comunicativa no telejornalismo para a comunidade surda. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 44., 2021, on-line. **Anais** [...]. São Paulo: Intercom, 2021.

SILVA, Marina Maria da. Entre invisibilidades e movimentos: as pessoas com deficiência na reivindicação do acesso à informação, cidadania e direito à saúde. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 34., 2011, Recife. **Anais** [...]. São Paulo: Intercom, 2011.

SILVA, Sabryna Moreno da. Jornalismo humanizado e anticapacitista como instrumento de acolhimento à diversidades: relato e reflexões teórico-metodológicas sobre processo de entrevistas de livro-reportagem. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 46., 2023, Belo Horizonte. **Anais** [...]. São Paulo: Intercom, 2023.

SILVA, Sabryna Moreno da. Acessibilidade comunicativa no telejornalismo: iniciativas inclusivas da TV UFG. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 47., 2024, Balneário Camboriú. **Anais** [...]. São Paulo: Intercom, 2024.

SILVA, Suelen de Aguiar. A batalha dos autismos: um diálogo entre estudos psicossociais e comunicacionais, caminhos possíveis. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 47., 2024, Balneário Camboriú. **Anais** [...]. São Paulo: Intercom, 2024.



SOUZA, Marcela Fernanda da Paz et al. Práticas de comunicação para o enfrentamento do preconceito e da discriminação contra as pessoas com deficiência: relato de extensão desenvolvido na microrregião de Barbacena, MG. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 48., 2025, Vitória. **Anais** [...]. São Paulo: Intercom, 2025.

TEIXEIRA, Evelyn Carvalho; FERRARI, Maria Aparecida. O tratamento dado a PcDs em publicações de comunicação organizacional no Brasil. **Dispositiva**, v. 14, p. e36304, 2025.

VIEIRA, Suellen Gonçalves; PEREIRA, Ariane Carla. Inclusão social através do jornal: o discurso da deficiência e as deficiências do discurso. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 33., 2010, Caxias do Sul. **Anais** [...]. São Paulo: Intercom, 2010.

VIEIRA, Leylianne Alves. Acessibilidade na comunicação: um olhar sobre a docência anticapacitista e o jornalismo acessível. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 48., 2025, Vitória. **Anais** [...]. São Paulo: Intercom, 2025.

WOBETO, Samara Letícia; BORELLI, Viviane. A acessibilidade comunicativa na formação de jornalistas: análise documental em cursos de Jornalismo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 47., 2024, Balneário Camboriú. **Anais** [...]. São Paulo: Intercom, 2024.

WOBETO, Samara Letícia; ROMERO, Luan Moraes; BORELLI, Viviane. Acessibilidade e comunicação: revisão de literatura e análise de dados. **Vozes & Diálogo**, v. 23, p. 68-84, 2024.



Este é um ARTIGO publicado em acesso aberto (*Open Access*) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições, desde que o trabalho original seja corretamente citado.